

01/08/2023 14:53:08 - AE NEWS

VETOS À LEI DAS FERROVIAS DEVEM ATRASAR EFETIVIDADE DE NOVO PLANO, AVALIAM ESPECIALISTAS

Por Luiz Araújo

Brasília, 01/08/2023 - O Congresso pode atrasar os objetivos do governo federal de pôr em prática o novo plano nacional de ferrovias. A avaliação de advogados especialistas é de que a votação dos vetos à Lei das Ferrovias (14.273/21) pelo Parlamento, aguardada há quase 2 anos, é primordial para dar segurança jurídica às medidas pretendidas pelo Executivo e pode definir os rumos do setor.

A Lei 14.273/21 foi sancionada com vetos a 38 dispositivos, incluindo a competência para a Agência Nacional de Transportes Terrestres determinar a destinação de bens relacionados a trecho desativado ou devolvido e prerrogativas para as concessionárias com o ingresso das autorizações no setor, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Como, na prática, os vetos dependem de articulações políticas para sua votação em matérias consideradas de menor importância - que não são leis orçamentárias, por exemplo -, a avaliação acabou estacionada no Congresso. Em abril deste ano, chegou a ser colocada em pauta, mas acabou adiada sem um novo prazo.

Conforme mostrou o Broadcast há pouco, o setor ferroviário espera que o novo plano seja focado justamente na decisão sobre o uso de PPPs. O governo diz que segue analisando qual será o posicionamento sobre os temas e que, assim que decidir, fará ampla divulgação. "Novas possibilidades poderão ser conversadas com entidades ligadas ao setor", afirma o Ministério dos Transportes.

Sobre a necessidade de pacificação no Congresso, a pasta de transporte diz que o governo está atuando de forma integrada. "As tratativas para incluir o setor diretamente no processo também envolvem as ações e empresas de ferrovias", afirma em nota.

Para a advogada Aline Klein, sócia do escritório Vernalha Pereira Advogados, para que o programa se torne viável, é imprescindível a finalização de discussões em curso nos três Poderes. "Temos várias questões pendentes. Por um lado, isso mostra a intenção de discutir, mas pode acarretar uma sobreposição de entendimentos sobre um mesmo tema", alerta.

MP seria mal vista

Como os trechos que foram vetados se referem a temas sensíveis para o particular que pretende investir em ferrovias, a possibilidade de manutenção ou derrubada de um ou outro veto influi diretamente na decisão de investir.

Para o advogado Carlos Magno de Abreu Neiva, da Porto Lauand Advogados, a tendência é de que enquanto os vetos não forem apreciados, os projetos para o setor, ainda que incentivados pelos entes públicos, sejam vistos com cautela pelo setor privado.

Do ponto de vista jurídico, a única maneira de o governo apressar a solução da questão seria o envio de medida provisória sobre o assunto para, em tese, esvaziar a deliberação sobre os vetos.

Essa medida, no entanto, pode ter potencial inverso. A avaliação é de que isso daria impressão de maior insegurança jurídica e aumentaria a reserva do setor privado com relação a novos projetos. "No contexto atual, a efetiva apreciação dos vetos me parece ser condição para que novos projetos despertem interesse efetivo no setor privado", considera Abreu Neiva.

Contato: luiz.araujo@estadao.com